

AS MULHERES E O CONHECIMENTO

Rodrigues¹

Romão²

Verone

José

Lane

Eustáquio

Quero poder ocupar na sociedade um lugar igual ao do meu companheiro. Iguais ao nascer e no morrer, havemos também de ser iguais no viver... (A voz feminina, 1868).

RESUMO

Este artigo trata da possibilidade de identificação da mulher como lugar de enunciação e, não apenas, como alvo de enunciados. Busca a construção da identidade feminina como sujeito da ciência e da epistemologia e, mais especificamente, como sujeito (sujeita) de uma formulação pedagógica inspirada em Paulo Freire, com vistas a dar visibilidade a uma possível “Pedagogia da Oprimida”.

Palavras-chaves: identidade, Paulo Freire, Pedagogia do oprimido, gênero feminino.

ABSTRACT

This article is about the possibility of the identification of the woman as a place of enunciation and not only as an object of another's enunciations. It searches for the construction of the feminine identity as a subject of science and epistemology, and specially as subject of a pedagogical formulation inspired in Paulo Freire's ideas, in order to give visibility to a “Pedagogy of the Woman Oppressed”.

Key words: identity, Paulo Freire, Pedagogy of the oppressed, feminine gender.

¹ Doutoranda em Educação pela USP, a autora é mestra em Ciências da Educação e, também, pesquisadora vinculada ao Instituto Paulo Freire de São Paulo, na Cátedra do Oprimido da *Universitas Paulo Freire*, trabalhando, atualmente, no Grupo de Estudos e Pesquisas *Paradigmas do Oprimido* e no projeto Globalização e Educação.

² Diretor Fundador do Instituto Paulo Freire (São Paulo); Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE); Coordenador Acadêmico do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF); Coordenador Nacional do projeto Globalização e Educação e autor de vários livros, dentre os quais se destaca *Dialética da diferença* (2000).

INTRODUÇÃO

Os referenciais teóricos que inspiraram e fundamentaram a elaboração deste artigo estão contidos nos pressupostos básicos dos “Paradigmas do Oprimido”³. Esta teoria é uma tentativa de “reinvenção”, por ampliação de seu universo de aplicação, de uma das mais poderosas formulações de Paulo Freire que, na *Pedagogia do oprimido* (2003, p. 45), afirmou: “Por isto é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam.”

Da mesma forma, tentando atender à admoestação de Paulo Freire, de que suas idéias não deveriam ter discípulos, nem ser repetidas, mas recriadas em cada contexto, tenho, pessoalmente, feito um esforço no sentido de interpretar os Paradigmas do Oprimido na perspectiva feminina, considerando que as mulheres, de uma maneira geral, em nossas formações sociais, são silenciadas e oprimidas, até mesmo nos universos de oprimidos. Assim, temos sempre alertado os companheiros que trabalham no Grupo “Paradigmas do Oprimido” que as tentações “sexistas” estão já presentes na própria linguagem e que, portanto, devemos acrescentar sempre o vocábulo feminino “oprimida” às qualificações masculinas, pois, se a teoria aí desenvolvida estiver certa, somente a mulher, enquanto personagem – o substantivo comum de dois gêneros, aqui, é proposital – historicamente oprimida, é capaz de se auto-libertar da relação machista e, em assim fazendo, libertar seu opressor masculino da alienação de oprimir os outros gêneros.

Partimos das mesmas linhas norteadoras da epistemologia freiriana, com ênfase no pressuposto de que a pirâmide gnosiológica está invertida, por mais que os oprimidos e oprimidas tenham a tentação de hospedar seus(as)

³ A *Teoria da Civilização do Oprimido* vem sendo elaborada, coletivamente, por grupos de pesquisadores(as) das mais diversas áreas do conhecimento e de instituições nacionais e estrangeiras, tendo como núcleo principal a Cátedra do Oprimido, do Instituto Paulo Freire, com sede em São Paulo. Esta Cátedra, como tantas outras espalhadas pelo mundo, faz parte da estrutura da *Universitas Paulo Freire* (UNIFREIRE) e é coordenada pelo Prof. Dr. José Eustáquio Romão, que formulou a primeira versão da “Teoria da Civilização do Oprimido”.

opressores(as) e ler o mundo com os olhos alheios. Em outras palavras, estou convencida, pelos menos até o ponto a que cheguei de meus estudos e pesquisas, que é muito forte a hipótese que considera os da base da pirâmide social como portadores de melhores condições para estarem, por causa mesmo de sua situação social, no cimo da pirâmide do conhecimento. Ou seja, quem é oprimido ou oprimida do ponto de vista econômico, político, social e cultural, tem mais possibilidade de enxergar melhor (mais criticamente) a realidade em que vivem os seres humanos da sociedade imediata e mediata, do que o que se encontra no topo da pirâmide social.

Mas, como isto é possível, se os oprimidos e as oprimidas, na maioria das vezes, “hospedam” seus opressores(as), como dizia Paulo Freire, e passam a se referenciar em suas idéias, valores, projeções, aspirações e ideais? Esta inquietante indagação é um permanente problema no Grupo Paradigmas do Oprimido. Afinal, Marx tinha ou não razão, quando afirmou que as idéias dominantes nas sociedades classistas são as idéias das classes dominantes? E, no caso específico da mulher, sua tendência, neste particular, não seria a de reproduzir as categorias masculinas, ao analisar o mundo e formular projetos pessoais e sociais? Como é possível, então, a elaboração e a formulação específicas do pensamento da oprimida? As poucas legitimações sociais das expressões científicas femininas não fariam parte daquela astúcia masculina, consciente ou inconscientemente presente nos processos de cooptação, que silencia formulações “mais perigosas” e ameaçadoras de sua hegemonia na comunidade do conhecimento?

Todas estas questões, aplicáveis, também, ao universo da opressão que se dá apenas entre homens, não são muito fáceis de serem todas respondidas no espaço curto de um artigo. O que se faz, portanto, a seguir, são algumas provocações e indicações de rumos para futuros estudos e pesquisas mais aprofundados sobre esta temática, sem dúvida nenhuma muito importante, não só para maior clarividência científica, como também, para que a “Sociedade do Conhecimento” não seja um “banquete” apenas para os homens, servidos pelas mulheres. Em suma estas reflexões são fundamentais, tanto para a produção do conhecimento, quanto para a atuação política e, por que não dizer, para a construção da felicidade dos dois gêneros. Aqui, cabe, mais uma

vez, tentar reinventar Freire: o ato de pesquisar, como o ato educativo, é, ao mesmo tempo, ato político e gnosiológico, pela ordem.

ASTÚCIA DOS OPRESSORES

“Astúcia” era um termo que Paulo Freire usava muito para designar os processos e procedimentos dos(as) dominadores(as) sobre os(as) dominados(as), sem o uso da violência física. Em outros termos, “astúcia” traduzia, para ele, a dominação pela cooptação, pela violência simbólica, pela força do argumento e, não pelo argumento da força. Assim, é astúcia dos(as) opressores(as) convencerem seus(as) oprimidos de que as coisas “são assim, porque assim sempre o foram”; ou que suas idéias, valores e projeções são os mais válidos e os mais desejáveis. Tanto em um caso, como no outro, a astúcia está em convencer outrem de que a realidade histórica é natural – Paulo Freire falava mesmo de uma “naturalização” das relações sociais – e de que **uma** determinada perspectiva de ver o mundo é a perspectiva de ver o mundo. A astúcia está na identificação do particular com o geral, do singular com o universal. Foi assim, na Revolução Francesa, por exemplo, quando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão identificou um gênero (“homem”) com a humanidade inteira.

Diante deste raciocínio, aflora-se mais um problema para os(as) oprimidos(as): Como superar a astúcia opressora, sem substituí-la por uma astúcia oprimida? E, no caso específico das mulheres, como superar a pretensão masculina da universalidade, sem cair na mesma pretensão, identificando apenas o gênero que se liberta com a humanidade inteira? Uma “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” não seria a mesma astúcia na perspectiva feminina? A interação dos dois lados seria o ideal, mas esbarra, de início, na própria língua e na linguagem, que não têm termos capazes de exprimir os dois gêneros ao mesmo tempo, respeitando suas identidades próprias. Por aí, já dá para se perceber o tamanho da tarefa a que se propõe a quem quer encontrar caminhos para a superação da astúcia mencionada. Não será a simples troca de papéis sociais, ou seja, a substituição do discurso

masculino pelo feminino que levará a um real comprometimento com a transformação social, que deve incluir todos e todas, homens e mulheres, em um mundo mais humanizador e mais justo.

O interesse maior de todas essas indagações e questionamentos reside em submeter a ideologia proclamada e defendida pelos grupos hegemônicos ao crivo da crítica, no sentido de reclamar o respeito às identidades específicas e desejáveis, já que a riqueza humana não está nas regularidades, nem na homogeneidade, mas nas diferenças e na heterogeneidade.

As relações de assimetria social entre homem e mulher foram formuladas e incorporadas historicamente, ou seja, tiveram um início, em contextos específicos, (e, por isso, podem ser mudadas), mas têm sido apresentadas até hoje como “naturais” e “imutáveis”, cujos efeitos consolidam a reprodução e aprofundam as desigualdades sociais e a infelicidade humana.

As diferenças, que poderiam servir de base para o desenvolvimento de outros olhares sobre o conhecimento, criariam outros lugares de enunciação, cujos sujeitos (ou sujeitas) têm sido apenas objeto de enunciados. Porque há uma especificidade do pensar feminino, calcada, não apenas nos condicionamentos e no tráfico ideológico da dominação masculina, mas nas determinações históricas⁴, necessárias e contingentes. E este papel começa a se configurar quando o ser humano percebe-se como determinado historicamente. Para o pensamento burguês, é muito difícil admitir a liberdade no contexto da determinação. Na perspectiva freiriana, o processo de libertação começa com o reconhecimento de nossa determinação. Ou, em termos mais simples, o pensamento ocidental, cristão, branco e masculino hegemônico opõe liberdade e determinação; o pensamento contra-hegemônico integra a liberdade no processo de reconhecimento (conscientização) da determinação.

Assim, a ênfase que temos dado é a de compreender como a mulher oprimida elabora e constrói sua identidade, quando encaminha seu entendimento e sua vida, respectivamente, para a leitura crítica do mundo e para a luta por sua própria emancipação. Não se trata da revolução sexual, que

⁴ Não entendidas como determinismo, mas como processos necessários e contingentes. Necessários por resultantes das correlações de forças histórico-sociais específicas, e contingentes, porque possíveis de ser transformadas.

pretende substituir a hegemonia masculina pela feminina; não se trata de construir os processos violentos que tornam a mulher inimiga do homem, seu opressor histórico, mas de ler, criticamente, a realidade, buscando espaços de inclusão de oprimidos(as) e opressores(as) re-humanizados, isto é, libertos da alienação que lhe impôs, em níveis diferentes, as relações de opressão.

O descrédito, a desqualificação e a indiferença olímpica masculina à voz e à obra da oprimida, na maioria das vezes, é parte de um jogo político e, não, de uma discussão epistemológica, porque as produções femininas não têm merecido a análise crítica ampla e profunda, de que são objeto as obras produzidas pelos homens. Em geral, predomina o preconceito de que são produções inferiores, já que às mulheres falta a objetividade masculina, ou, no mínimo, são impregnadas pelas subjetividades sentimentais. Razão e sensibilidade parecem não combinar no discurso predominante na comunidade científica, na medida em que a objetividade da ciência domina soberanamente as demais (possíveis) interpretações da realidade.

Se a busca da conquista do espaço público, que sempre foi considerado restrito apenas aos homens, tem avançado, a ocupação dos territórios científico e epistemológico tem encontrado a mais ferrenha resistência, talvez, porque aí esteja uma das mais poderosas armas da libertação feminina, no contexto da Sociedade do Conhecimento.

Aceitar a mulher como sujeito da enunciação científica e, não apenas, como objeto da enunciação masculina é a luta da mulher no novo século, isto é, a marcha da libertação da mulher no século XXI passa, obrigatoriamente, em nosso entender, pela luta pela igualdade científica e epistemológica. E, neste sentido, a própria epistemologia tem de ser superada por uma “Sociologia do Conhecimento Silenciado”, porque se se permanece no campo epistemológico, as mulheres levam uma grande desvantagem, dado o “sexismo lógico” da produção neste campo da atividade humana.

O local e a perspectiva de elaboração do conhecimento hegemônico tem impedido a abertura de novos locais gnosiológicos, obnubilando a percepção de outras perspectivas epistemológicas, ou seja, de outros olhares e de outros enunciados.

Os outros locais gnosiológicos, as outras perspectivas epistemológicas, os outros olhares e os outros enunciados, se quiserem fazer avançar o

processo civilizatório, não podem agir da mesma maneira, hegemônica, universalista, exclusivista, como agem a “Ciência”, a “Teoria da Ciência” e a “Pedagogia” “bancárias”. A “(Cons)ciência”, a “Sociologia das (Cons)ciências Silenciadas” e a “Pedagogia dos Oprimidos e Oprimidas” devem substituir as anteriormente mencionadas, na medida em que são processos de enunciação e, não, enunciados, são movimento, e não estruturas, são proposições e não discursos, são anúncio, e não enunciados. Esta pedagogia é, no fundo, uma “Pedagogia da Humanidade”, porque seus objetivos não cobrem apenas uma parte da humanidade, mas a humanidade inteira, homens e mulheres, de todas as idades, de qualquer etnia ou condição social, de qualquer orientação política, religiosa ou sexual.

Como Paulo Freire mesmo afirmou, em uma sociedade universalmente inclusiva, no sentido de considerar a todos como sujeitos, inclusive de enunciações específicas, não haverá mais opressor, nem oprimido, mas uma nova geração de homens e mulheres livres e felizes.

Penso que este foi uma das principais, senão a mais importante, contribuições de Paulo Freire para a humanidade: uma teoria da libertação de homens e mulheres por meio do processo educacional-pedagógico – que é cultural e, por isto mesmo, político e gnosiológico –, já que a ontologia distintiva humana é a capacidade de ter esperança de ser mais, já que todos os indivíduos da espécie vivem a permanente tensão entre o que são – incompletos (precisam do/a outro/a), inconclusos (estão em evolução, em mudança permanente) e inacabados (são imperfeitos) – e o que querem ser (mais).

A IDENTIDADE FEMININA

Geralmente as indagações a respeito das temáticas femininas estão permeadas, ora pela exacerbação dos ataques feministas radicais, ora pela inibição da resistência das mulheres que não querem ser caricaturadas por estereótipos. Gutiérrez (1985) já alertava que o feminismo não poderia ser confundido com um machismo às avessas, porque deve ser uma prática

política contrária à misoginia do patriarcado e não deve significar, tampouco, a restauração do matriarcado, nem sequer a implantação de uma ginecocracia. A autora considera que a grande preocupação da sociedade machista em relação ao movimento feminista repousa no pensamento de que cada vitória feminina significa uma derrota masculina, ou seja, há uma hierarquização do pensamento no sentido da perda de privilégios conquistados às custas da dominação e opressão. Essa autora considera ainda que o movimento feminista, muitas vezes, foi pejorativamente interpretado, ao ser considerado como um movimento de *mal-amadas*, quando comparadas àquelas *bem-amadas*, ou seja, às mulheres “aduladas”, em troca de passividade, docilidade e submissão. Na verdade, há uma confusão relacionada ao tipo de amor que as mulheres desejam, ou seja, um amor sem apropriação, maduro, mais humano.

Outra confusão associada ao movimento feminista deriva da necessidade de uma compreensão a respeito da revolução sexual reivindicada historicamente pelas mulheres. Esse movimento foi, muitas vezes, confundido, tanto por homens como por mulheres, como forma ingênua de interpretação, significando somente a busca pela liberdade sexual plena, com a facilidade de relacionamentos. A liberdade sexual reivindicada pelas mulheres passou a ser sinônimo de disponibilidade.

Nesse caso, quando se afirma que há a necessidade de resgatar a identidade feminina, contemporaneamente, o que se está querendo ressaltar é a auto-apropriação do próprio corpo feminino, no sentido de sua assunção responsável para que questões, como a da maternidade, estejam fundamentadas no senso de responsabilidade, sem repressão sumária dos desejos.

As identidades femininas serão construídas com potenciais transformadores somente quando as análises históricas de seus contextos forem levadas em consideração, senão constituir-se-ão em tentativas frustradas de realizações imediatistas de necessidades, sem o exame necessário de suas reais finalidades.

Muitas críticas são feitas a respeito da exclusão que os movimentos marxistas fazem em relação ao trato das questões feministas, considerando

alguns itens essenciais à luta das mulheres como questões menores, na medida em que dificultariam a visibilidade da luta de classes.

O movimento feminista traz, em seu bojo, a potencialidade revolucionária, na medida em que tenta reverter, consciente ou inconscientemente, os resultados da provável primeira luta de classes da história da humanidade, travada ainda nas longínquas comunidades da “Pré-História”⁵, e que, segundo Reich (s/d), permitiu ao gênero masculino a transformação do matriarcado em patriarcado, da matrilocidade em patrilocalidade e da matrilinearidade em patrilinearidade, com vistas a garantir a linha da herança dos bens acumulados. Além de demonstrar a determinação econômica em última instância, este pensador deu uma importância enorme à luta entre homens e mulheres – e, por isso, constitui uma exceção no universo dos pensadores marxistas –, comprovando, cabalmente, que para garantir o controle do produto social, os homens tiveram de impor uma profunda opressão às mulheres, especialmente por meio da monogamia e criando o tabu generalizado nas sociedades burguesas, que é a estruturação da família fundamentada no patriarcado e na exaltação da mulher apenas como objeto do prazer masculino e como mãe, confinada no espaço doméstico.

POR QUE AS MULHERES TEORIZAM

Na abordagem do tema “mulheres”, há que se distinguir, dentre outras, duas perspectivas. Uma mais tradicional que as considera como alvo dos enunciados, isto é, como objeto de conhecimento, e uma mais recente, que as considera como enunciadoras, isto é, como produtoras de conhecimento e de teorias.

Relativamente à primeira, são raras editoras que reservam espaço para edições sobre as mulheres ou sobre o gênero feminino. Nas bibliotecas e livrarias é comum a dispersão das obras e dos artigos nas estantes e nas mais diversas coletâneas sobre as mais diversas áreas do conhecimento,

⁵ Aqui, com aspas, porque, constitui, também, um período histórico do processo civilizatório humano.

dificultando sua localização. Essa dispersão da bibliografia que versa sobre mulheres, feminismo, gênero, sexualidade, família, entre outros temas, exige muito esforço e perseverança para sua localização. Não há dúvidas, porém, de que a produção sobre essa temática tem se avolumado nas últimas décadas.

Em relação à segunda perspectiva, a do reconhecimento e abordagem das obras de autoria feminina, é um terreno *minado*, pois é dominado por um seleto quadro de *scholars*, predominantemente masculinos, com evidentes preconceitos sobre a competência científica feminina, até mesmo na área das Ciências Sociais e das Humanidades.

Há um tipo de literatura que não ajuda na luta pelo reconhecimento da produção feminina, apresentando um caráter apelativo e sensacionalista, atraindo olhares de suspeita, como afirma Aguiar, quando localiza pelo menos duas posições em relação às contribuições do feminismo à produção científica:

A primeira lança suspeitas sobre qualquer relação entre práticas institucionalizadas – nas universidades ou em outros espaços – e o feminismo, endossando a perspectiva de que a razão derrota a paixão. A segunda postura admite a participação de mulheres universitárias no feminismo, uma vez que nem a paixão dá conta da diversidade encontrada em um país do porte do Brasil, notório por suas desigualdades. Assim sendo, só uma aliança com professoras e pesquisadoras universitárias no feminismo poderia colocar em relevo toda a variedade das condições de vida das mulheres, subsumindo essa outra posição no mote de que a paixão desinformada não enxerga longe.

Já nas universidades, enfatiza-se a possibilidade de o conhecimento despertar um desejo de mudança (...). O conhecimento, portanto, também é gerador de utopias e de paixões (1997, p. 10).

Mais recentemente tem havido um esforço no sentido da promoção do reconhecimento acadêmico sobre a produção intelectual feminina e, no caso que me interessa particularmente, sobre as pedagogias produzidas sob o olhar das mulheres.

Pensar uma teorização no âmbito das feminilidades requer esforço e leituras de mundo diferenciadas, pois exige, além da retirada de lentes da masculinas, a libertação da dicotomia sexual, biológica, a-histórica, que tem

justificados comportamentos de passividade e sujeição, ou de revolta radicalizada, que não restaura a busca da marcha civilizatória.

A teorização deveria sempre servir para fundamentar e compreender as relações entre homens e mulheres, com seus mundos específicos e complementares, suas realidades sociais cotidianas particulares e entrelaçadas. Em suma, o que se necessita, no momento, é do reconhecimento da identidade científica e epistemológica das mulheres, já que sua identidade social, econômica e cultural tem conquistado terreno nos últimos anos.

Aguiar (op. cit) sugere que os contextos universitários devem reconhecer que a pesquisa dos núcleos de estudos sobre mulheres contribui, significativamente, para a ampliação e comunicação mais ampla do conhecimento científico, na medida em que a possibilidade de interlocução entre pares – com as mulheres assim, também reconhecidas –, permite a visualização de vários ângulos do mesmo ser ou fenômeno.

Meu interesse mais específico ainda sobre esta temática diz respeito à produção pedagógica feminina contemporânea, referenciada nas formulações de Paulo Freire⁶, no sentido de verificar se aí ocorreu a construção de uma “Pedagogia da Oprimida”. Em outras palavras, pretendo verificar se a produção acadêmica das mulheres, de 1980 para cá, explicitamente inspirada no legado freiriano, conseguiu, a partir de uma outra perspectiva, de um outro olhar, de um outro lugar de enunciação, dar uma outra dimensão a uma proposta considerada das mais revolucionárias da segunda metade do século XX.

Em minha dissertação de Mestrado⁷ já havia me debruçado sobre o que poderia ser considerado o vestíbulo desta problemática: como as professoras brasileiras, com vivendo uma cidadania incompleta (burguesa) e mutilada (mais incompleta ainda, por causa do patriarcalismo) poderiam preparar as crianças para o “exercício pleno da cidadania”, como diz a legislação educacional brasileira?

Agora, minha preocupação se volta sobre a produção teórica feminina que se debruçou sobre as questões da educação, de forma a construir uma

⁶ Em desenvolvimento em nossa tese de doutoramento, na Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, sob a orientação do Prof. Dr. Moacir Gadotti.

⁷ Defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em setembro de 2003.

formulação pedagógica específica, feminina, e, por isto mesmo, capaz de superar as astúcias masculinas contidas nas “pedagogias masculinas”, por mais transformadoras e revolucionárias que sejam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma (org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas* Petrópolis: Vozes, 1984.

A VOZ FEMININA. Lisboa. Localização: Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal, 1868.

FREIRE, Paulo (ed.). *Mentoring the mentor; A critical dialogue with Paulo Freire*. New York: Peter Lang, 1997.

GUTIÉRREZ, Rachel. *O feminismo é humanismo*. São Paulo: Antares, 1985.

REICH, Wilhelm. *A irrupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins

Fontes, s/d.

ROMÃO, José Eustáquio. *Dialética da diferença: O projeto da Escola Cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Civilização do Oprimido. *Campus Social - Revista Lusófona de Ciências Sociais*, n.º 1, 2004, p. 31-47 (Texto apresentado no “Terceiro Fórum Internacional Paulo Freire”. 21 de setembro de 2002. IPF. Califórnia: Los Angeles, em 2002).

SAFFIOTI, Heleieth. *Mulher brasileira: opressão e exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976 (tese de livre-docência defendida sob orientação de Florestan Fernandes e com prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza, *apud* PINTO, 2003, p. 86).